



VOTAÇÕES EFETUADAS EM 2014-10-10

DELIBERAÇÃO

⇒ **Voto n.º 221/XII/4.^a**, apresentado pelo PPD/PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e PEV, de Pesar pela morte de Fernando Sousa;

Aprovado por unanimidade

⇒ **Voto n.º 222/XII/4.^a**, apresentado pelo PCP, de Pesar pela morte do cidadão saaraui Hasana Elwali;

- **Ponto 1**

Aprovado por unanimidade

- **Ponto 2**

Favor – PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD, PS e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –

- **Ponto 3**

Favor – PCP, BE, PEV e 4 Deputados do PS

Contra – PPD/PSD, PS e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

DELIBERAÇÃO

⇒ **Voto n.º 223/XII/4.ª**, apresentado pelo BE, de Pesar pelo falecimento de Paulo Martins.

Aprovado por unanimidade

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Proposta de Lei n.º 163/XII/2.ª (ALRAA)** - Fixa os meios que asseguram o financiamento do Governo da República à Região Autónoma dos Açores para fazer face aos prejuízos causados pela intempérie que assolou os Açores a 14 de março de 2013, cumprindo assim o princípio constitucional da solidariedade nacional;

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Rejeitada

Abstenção – 3 Deputados do PPD/PSD e 2 Deputados do CDS-PP

⇒ **Projeto de Lei n.º 675/XII/4.ª (PCP)** - Revoga a Propina do Ensino de Português no Estrangeiro (Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto);

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1125/XII/4.ª (BE)** – Recomenda ao Governo que garanta o ensino gratuito do português nas Comunidades Portuguesas;

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Proposta de Lei n.º 250/XII/4.ª (GOV)** - Procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, o Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, e o Decreto-Lei n.º 158/2006, de 8 de agosto;

Favor – PPD/PSD e CDS-PP

Contra – PS, PCP, BE e PEV

Abstenção –

Aprovada

Baixa à 11.ª Comissão

⇒ **Proposta de Lei n.º 251/XII/4.ª (GOV)** - Estabelece o regime de renda condicionada dos contratos de arrendamento para fim habitacional;

Favor – PPD/PSD e CDS-PP

Contra – BE

Abstenção – PS, PCP e PEV

Aprovada

Baixa à 11.ª Comissão



VOTACÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Proposta de Lei n.º 252/XII/4.ª (GOV)** - Estabelece o novo Regime do Arrendamento Apoiado para Habitação;

Favor – PPD/PSD e CDS-PP

Contra – BE

Abstenção – PS, PCP e PEV

Aprovada

Baixa à 11.ª Comissão

⇒ **Projeto de Lei n.º 671/XII/4.ª (PCP)** - Regime de Renda Apoiada. Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio;

Favor – PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Abstenção – PS

Rejeitado

⇒ **Projeto de Lei n.º 673/XII/4.ª (PCP)** - Revoga o novo regime do arrendamento urbano aprovado pela Lei n.º 31/2012 - Lei dos despejos - e suspende os aumentos das rendas dos diversos tipos de arrendamento previstos nas Leis n.º 46/85 e 6/2006;

Favor – PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Abstenção – PS

Rejeitado



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Projeto de Lei n.º 676/XII/4.ª (BE)** - Altera o regime de renda apoiada para uma maior justiça social (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Favor – PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção – PS

⇒ **Projeto de Lei n.º 677/XII/4.ª (BE)** - Revoga a Lei do novo regime de arrendamento urbano (revogação da Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro);

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –

⇒ **Projeto de Lei n.º 678/XII/4.ª (PEV)** - Redução de resíduos de embalagens;

Favor – PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD, PS e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –



VOTACÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Projeto de Lei n.º 672/XII/4.ª (PCP)** - Determina o regime jurídico da utilização de embalagens fornecidas em superfícies comerciais;

Favor – PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD, PS e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –

DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1119/XII/4.ª (PCP)** – Pela Valorização e Reforço do Hospital de Santa Maria Maior, Barcelos;

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1121/XII/4.ª (PEV)** – Por uma gestão pública e ao serviço das populações do Hospital de Santa Maria Maior em Barcelos;

Favor – PS, PCP, BE, PEV e 1 Deputado do PPD/PSD

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1126/XII/4.ª (BE)** – Recomenda ao Governo a manutenção na esfera pública do Hospital Santa Maria Maior em Barcelos e o reforço dos seus serviços;

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Projeto de Lei n.º 368/XII/2.ª (Iniciativa Legislativa de Cidadãos)** - Proteção dos direitos individuais e comuns à Água;

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado

VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias** relativo à **Proposta de Lei n.º 240/XII/3.ª (GOV)** - Procede à vigésima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando a substância alfa-fenilacetonitrilo à tabela anexa V;

Aprovado por unanimidade



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias** relativo à **Proposta de Lei n.º 241/XII/3.^a (GOV)** - Aprova o regime jurídico específico aplicável ao Centro de Análise e Operações Marítimas -Narcóticos, estabelecido por Acordo aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 2/2009, de 2 de fevereiro, nomeadamente no que respeita às prerrogativas atribuídas às suas instalações em território português;

Aprovado por unanimidade